EDITAL

A ESCOLA JUDICIAL DOS SERVIDORES comunica a realização do curso **"OFÍCIO REQUISITÓRIO, GESTÃO DE INCIDENTES E ASPECTOS FISCAIS NA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (TJSP)"**, aprovado pelo seu Conselho Técnico, em reunião virtual, em 14 de setembro de 2026, sob a coordenação das juízas Alexandra Fuchs de Araújo e Maria Isabel Romero Rodrigues, que será realizado exclusivamente na modalidade a distância.

OBJETIVO GERAL: Capacitar servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a correta instrução, análise, expedição e acompanhamento de ofícios requisitórios de RPV e precatórios, com enfoque nos procedimentos operacionais do SAJ, na gestão de incidentes processuais, nos aspectos fiscais e tributários, e nas comunicações obrigatórias junto à DEPRE, visando à redução de erros, rejeições e retrabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Aplicar corretamente os procedimentos de cadastramento, conferência e expedição de ofícios requisitórios de RPV e precatórios no sistema SAJ, observando os requisitos legais e documentais exigidos. Identificar e corrigir inconsistências que possam gerar rejeições ou retrabalho, adotando práticas adequadas para saneamento, regularização e gestão de incidentes processuais. Compreender os aspectos fiscais e tributários relacionados aos requisitórios, incluindo natureza dos créditos, rendimentos recebidos acumuladamente (RRA) e tributação incidente sobre honorários advocatícios. Aplicar corretamente as regras relativas ao destaque de honorários, à troca de titularidade de créditos e aos reflexos processuais e fiscais decorrentes dessas operações. Elaborar e analisar comunicações e ofícios destinados à DEPRE, observando os requisitos formais, as atribuições dos órgãos envolvidos e as boas práticas para prevenção de devoluções e retrabalho.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO:

O curso será realizado ao vivo, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, nos **dias 2, 9, 16 e 23 de outubro e dia 6 de novembro de 2026**, das **10h às 12h**, dispensado o ato de inscrição, bastando acessar os *links* informados neste edital.

As videoaulas serão gravadas, disponibilizadas na Central de Vídeos da EJUS < SGV - Sistema de Gerenciamento de Vídeos > e permanecerão disponíveis até o **dia 10 de novembro de 2026.**

PÚBLICO-ALVO: Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

VAGAS OFERECIDAS: 10.000 (dez mil) vagas para a modalidade a distância.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

1. A participação importará o conhecimento de todas as instruções, tais como estabelecidas neste Edital, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

2. Os servidores do Tribunal de Justiça deverão observar as normas contidas na Portaria Conjunta nº 1, de 3 de setembro de 2012, publicada no DJE em 28/9/2012, págs. 1 a 4 e alteração publicada no DJE em 1º/2/2013, pág. 1.

3. Haverá emissão de certificado eletrônico àqueles que apresentarem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, da carga horária total do curso.

4. Para o registro da frequência, na Plataforma *Microsoft Teams*, é necessário acessar à aula com o *login* institucional.

5. Os participantes ficam cientes de que não será computada a frequência se assistirem às videoaulas gravadas, no modo "vídeo acelerado".

6. Os certificados emitidos pela EJUS ocasionam aumento de ponto na nota da avaliação anual dos servidores, nos termos das Resoluções nº 1.016/2026 e nº 1.017/2026, que dispõem sobre os procedimentos da Avaliação de Desempenho no âmbito do TJSP. Para esse fim, a EJUS compartilha automaticamente os seus certificados com a SGP.

7. Não será emitido certificado de participação aos que assistirem às aulas assíncronas após o período de realização deste curso.

8. Eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas para ejus.eventos@tjsp.jus.br.

PROGRAMAÇÃO:

Módulo I: Requisitos rígidos, telas SAJ e prevenção de rejeites

1ª Aula: 2/10/2026 (sexta-feira)

Horário: das 10h às 12h

Tema: Cadastramento, peças obrigatórias e telas SAJ

Conteúdo programático: 1. Diferenciação Prática. 1.1. Distinção conceitual e operacional entre Incidentes Processuais de RPV e de Precatórios. **2. Telas do SAJ na Prática.** 2.1. Navegação e conferência passo a passo dos

dados informados pelos advogados. 2.2. Onde preencher, conferir e validar o Destaque de Honorários Contratuais na tela do SAJ (com obrigatoriedade de apresentação prévia do contrato no incidente). **3. Documentação e Intimações.** 3.1. Peças obrigatórias conforme Provimento CSM nº 2.753/2024 (sentença, certidão de trânsito em julgado, documentos de identificação). 3.2. Validação de procurações com poderes específicos para receber e dar quitação. 3.3. Intimação prévia das partes via DJEN e Portal Eletrônico antes da expedição. **4. Valores e Diretrizes do Requisitório.** 4.1. Lógica do valor bruto requisitado. 4.2. Diretriz para requisição autônoma de honorários sucumbenciais *vs.* vedação de requisição autônoma para honorários contratuais. 4.3. Impactos do novo período requisitorial.

Palestrante: **Priscilla Correa Cezar –** Diretora da Diretoria Gerencial de Execuções de Precatórios e Cálculos - DEPRE 1. Iniciou no TJSP em dez/2019 como escrevente na UPEFAZ e em ago/2023 foi indicada para trabalhar na DEPRE para assumir a supervisão do processamento de precatórios da Fazenda do Estado. Trabalhou mais de 19 anos com análise de sistemas e análise de dados na iniciativa privada, desenvolvendo a habilidade de transformar dados em informações para identificar pontos de possíveis melhorias nas atividades do dia a dia do ambiente profissional.

Clique aqui para acessar a 1ª aula em 2/10/2026

2ª Aula: 9/10/2026 (sexta-feira)

Horário: das 10h às 12h

Tema: Motivos de rejeição, saneamento e regras de fluxo

Conteúdo programático: 1. Principais motivos de rejeite (com exemplos práticos). 1.1. Apresentação de casos reais e exemplos de erros recorrentes que geram devolução imediata (CPF irregular, ofício em nome do advogado em vez do credor, divergências na entidade devedora). **2. Procedimentos de saneamento e regularização.** 2.1. Ofício de regularização: o que admite saneamento direto via regularização *vs.* o que exige cancelamento/extinção e abertura de novo incidente processual. 2.2. Informações retificadas durante o tempo de processamento no âmbito da DEPRE. **3. Lógica de encerramento processual.** 3.1. Regra fundamental: impossibilidade de arquivamento do processo com dinheiro/saldos pendentes (obrigatoriedade de prévio levantamento em prol do autor ou devolução ao devedor). 3.2. Gestão de contas bancárias vinculadas ao processo antes do arquivamento.

Palestrante: **Priscilla Correa Cezar –** Diretora da Diretoria Gerencial de Execuções de Precatórios e Cálculos - DEPRE 1. Iniciou no TJSP em dez/2019 como escrevente na UPEFAZ e em ago/2023 foi indicada para trabalhar na DEPRE para assumir a supervisão do processamento de precatórios da Fazenda do Estado. Trabalhou mais de 19 anos com análise de sistemas e análise de dados na iniciativa privada, desenvolvendo a habilidade de transformar dados em informações para identificar pontos de possíveis melhorias nas atividades do dia a dia do ambiente profissional.

Clique aqui para acessar a 2ª aula em 9/10/2026

Módulo II: Aspectos fiscais, destaque de honorários e tributação

3ª Aula: 16/10/2026 (sexta-feira)

Horário: das 10h às 12h

Tema: Do cálculo homologado à expedição (transição operacional)

Conteúdo programático: 1. Tradução da decisão judicial para o Ofício. 1.1. Identificação dos componentes da conta de liquidação (principal, juros, data-base e honorários) para transporte correto ao sistema. 1.2. Distinção técnica entre cálculo apresentado pela parte, cálculo impugnado e valor efetivamente homologado. **2. Requisitos fiscais e natureza do crédito.** 2.1. Diferença entre créditos alimentares e comuns e impactos no tratamento tributário. 2.2. Natureza da verba (remuneratória *vs.* indenizatória). 2.3. Preenchimento do campo RRA (Rendimentos Recebidos Acumuladamente): contagem de meses, 13º salário e reflexos na isenção/redução do Imposto de Renda.

Palestrantes: Nilson Alves de Almeida - Diretor da Diretoria Gerencial de Execuções de Precatórios e Cálculos - DEPRE 2. Iniciou no TJSP em ago/1987 como escrevente, em jan/1992 tomou posse no cargo de contador, passando pelos cargos de contador-chefe, supervisor de serviço e coordenador, tendo assumido o cargo de diretor da DEPRE em fev/2018.

Odeilton de Jesus Mota – Contador judicial e coordenador no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, especialista em Controladoria, com ampla experiência em cálculos judiciais, gestão de precatórios, tributação aplicada a pagamentos decorrentes de decisões judiciais e desenvolvimento de soluções tecnológicas para o Poder Judiciário. Participou da implantação da gestão de precatórios no TJSP e da estruturação da área de Pagamento Direto de Precatórios, atuando no desenvolvimento de sistemas de pagamento e das soluções destinadas ao cumprimento das obrigações fiscais DIRF e EFD-Reinf. Integra, desde 2023, o projeto nacional SISPREQ do Conselho Nacional de Justiça, contribuindo para a construção da Calculadora Nacional de Precatórios, para a definição de requisitos negociais do sistema e para a elaboração da futura regulamentação nacional da matéria. Possui experiência em gestão pública, desenvolvimento normativo, capacitação de servidores e assessoramento técnico em temas relacionados a precatórios, cálculos judiciais e tributação aplicada ao setor público.

Clique aqui para acessar a 3ª aula em 16/10/2026

4ª Aula: 23/10/2026 (sexta-feira)

Horário: das 10h às 12h

Tema: Destaque de honorários, troca de titularidade e tributação do IR

Conteúdo programático: 1. Operacionalização dos honorários (contratuais e sucumbenciais). 1.1. Destaque dos honorários contratuais: regras, limites e reflexos no teto de RPV e precatórios. **2. Impactos fiscais e tributação de IR nos honorários.** 2.1. Tratamento do Imposto de Renda retido na fonte sobre os honorários do advogado (pessoa física) e da sociedade de advogados (pessoa jurídica). **3. Troca de titularidade da verba.** 3.1. Análise dos conceitos e momentos jurídicos da troca de titularidade dos honorários desde a expedição do requisitório até o efetivo pagamento. 3.2. Reflexos práticos na emissão de comprovantes de rendimento e informes fiscais.

Palestrantes: Nilson Alves de Almeida - Diretor da Diretoria Gerencial de Execuções de Precatórios e Cálculos - DEPRE 2. Iniciou no TJSP em ago/1987 como escrevente, em jan/1992 tomou posse no cargo de contador, passando pelos cargos de contador-chefe, supervisor de serviço e coordenador, tendo assumido o cargo de diretor da DEPRE em fev/2018.

Odeilton de Jesus Mota – Contador judicial e coordenador no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, especialista em Controladoria, com ampla experiência em cálculos judiciais, gestão de precatórios, tributação aplicada a pagamentos decorrentes de decisões judiciais e desenvolvimento de soluções tecnológicas para o Poder Judiciário. Participou da implantação da gestão de precatórios no TJSP e da estruturação da área de Pagamento Direto de Precatórios, atuando no desenvolvimento de sistemas de pagamento e das soluções destinadas ao cumprimento das obrigações fiscais DIRF e EFD-Reinf. Integra, desde 2023, o projeto nacional SISPREQ do Conselho Nacional de Justiça, contribuindo para a construção da Calculadora Nacional de Precatórios, para a definição de requisitos negociais do sistema e para a elaboração da futura regulamentação nacional da matéria. Possui experiência em gestão pública, desenvolvimento normativo, capacitação de servidores e assessoramento técnico em temas relacionados a precatórios, cálculos judiciais e tributação aplicada ao setor público.

Clique aqui para acessar a 4ª aula em 23/10/2026

Módulo III - Comunicações obrigatórias e prevenção de retrabalho

5ª Aula: 6/11/2026 (sexta-feira)

Horário: das 10h às 12h

Tema: Comunicações obrigatórias à DEPRE e gestão de incidentes

Conteúdo programático: 1. Competências finais da DEPRE *vs*. atribuições da Vara de origem. 1.1. Delimitação clara sobre o papel do Juiz da Execução e a gestão formal/pagamentos pela DEPRE. **2. Documentação Obrigatória e Padronização de Ofícios.** 2.1. Análise detalhada dos requisitos para comunicações de habilitação de herdeiros (nome, CPF, certidão de óbito e quinhão). 2.2. Procedimentos para cessão de crédito (escritura pública e formalidades) e penhora no rosto dos autos. 2.3. Códigos de decisões e ofícios utilizados no 1º Grau. **3. Análise de erros recorrentes (estudo de casos).** 3.1. Apresentação e comparação de exemplos bons *vs*. ruins de ofícios encaminhados à DEPRE. 3.2. Identificação das falhas formais que causam devoluções e geram retrabalho excessivo entre as secretarias e a DEPRE. **4. Retificações e comunicações de fluxo.** 4.1. Como proceder em erros materiais. 4.2. Diferença entre alterações que exigem novo ofício da Vara *vs*. retificações registradas pela própria DEPRE no documento "Informação".

Palestrante: Wagner Ygor Garcez de Souza – Coordenador da Coordenadoria do Cartório Digital de Execução de Precatórios - DEPRE 1.1. Graduado em Ciências Econômicas pela FMU e em Informática com Ênfase em Gestão de Negócios pela FATEC. Ingressou no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em fevereiro de 2008, no cargo de Escrevente Técnico Judiciário. Em outubro de 2010, foi designado para a função de Chefe de Seção Judiciário e, em dezembro de 2024, assumiu a função de Coordenador. Atua na Diretoria de Execuções de Precatórios (DEPRE) desde abril de 2008, tendo desenvolvido praticamente toda a sua trajetória profissional no Tribunal na área de precatórios.

Clique aqui para acessar a 5ª aula em 6/11/2026

METODOLOGIA: Aula expositiva dialogada, com apoio em *slides* e interação entre participantes e docentes.